



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 191917-3/02 - Comarca do Recife

Embargante: FUNAPE.

Embargadas: Gercina do Nascimento Barreto e outras.

5527

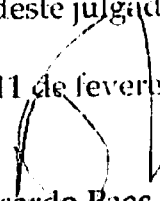
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE NOVO ARGUMENTO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRADIÇÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO IMPROVIDO UNIFORMEMENTE. 1. Recurso de agravo restrito à confirmação da sucumbência recíproca dos litigantes. 2. A questão referente à compensação da verba honorária foi objeto de decisão monocrática, não tendo sido discutida em sede de recurso de agravo, razão pela qual a matéria restou preclusa para a autarquia previdenciária. 3. Portanto, ausente se faz a contradição, sendo importante ressaltar que a aludida compensação fora determinada na decisão terminativa. 4. Não vulneração do art. 21 do CPC. 4. Embargos de declaração improvidos à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 191917-3/02, acima referenciados, julgados nesta data, **ACÓRDÃO** os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em sessão desta data, no sentido de negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

11
191

Embargos de declaração nº 191917-3/02 - Comarca do Recife

Embargante: FUNAPE.

Embargadas: Gercina do Nascimento Barreto e outras.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DECAIMENTO MÍNIMO NÃO CONFIGURADO. SUCUMBÊNCIA EM PARTE MENOR. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. A agravante sucumbiu em parte menor do pedido, situação que não pode ser confundida com a hipótese de decaimento mínimo, prevista no art. 21, parágrafo único, do CPC. 2. Resta, portanto, caracterizada a sucumbência recíproca dos litigantes. 3. À unanimidade, improveu-se o recurso de agravo. (RA 191917-3/01, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 10/12/2009).

O embargante aponta contradição no julgado, alegando que não haveria razão para se fixar o percentual dos honorários, uma vez que, diante do reconhecimento da sucumbência recíproca, os mesmos devem ser compensados, razão pela qual requer que seja determinada a compensação da verba referida, prequestionando-se o art. 21 do CPC.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede aclarar alegada contradição quanto à falta de determinação na decisão embargada de que a verba honorária fosse compensada, apesar do reconhecimento da sucumbência recíproca.

Conforme se depreende, a questão suscitada foi enfrentada em decisão monocrática, a qual foi objeto de recurso de agravo apenas no que se refere à inversão do ônus de sucumbência, não servindo, portanto, esta sede aclaratória ao reexame do que naquela foi decidido quanto aos honorários.

Encontra-se preclusa a matéria para a autarquia previdenciária embargante, não sendo admissível levantar, em sede de embargos de declaração, argumento não mencionado no momento oportuno, ressaltando-se que a compensação dos honorários fora determinada na decisão terminativa.

Diante de todo exposto, nego provimento aos aclaratórios, não considerando vulnerado o art. 21 do CPC.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator